

A história não contada da Educação Financeira no Brasil

*Fernando Cosenza Araujo¹
Flavio Estevez Calife²*

Introdução: do planejamento impossível ao possível planejamento

O assunto educação financeira ganhou bastante relevância nos últimos anos. Diversos agentes da sociedade, de empresas ao governo, têm investido no tema, cada um à sua forma. A despeito do interesse geral, pouco se fala a respeito dos motivos que alçaram o tema ao seu atual estágio. Olhando de forma retrospectiva, a história da educação financeira no Brasil parece ter trilhado o caminho oposto do que se poderia esperar, começou como sinônimo de dicas de investimento voltado para aqueles já prósperos para apenas recentemente se tornar um recurso efetivo de conquista da prosperidade.

Até o fim dos anos 1990, o assunto educação financeira concentrava-se nas “dicas de investimento” dos especialistas em produtos do mercado financeiro, ensinando como preservar ou multiplicar recursos a partir da compra de títulos dos bancos, títulos públicos ou ações das empresas. Essas dicas eram, e ainda são, claramente voltadas àquelas pessoas que de alguma forma já possuem recursos disponíveis que podem ser alocados por certo tempo em algum dos produtos existentes no mercado. O foco nesses casos nunca foi o de tentar mostrar o caminho para a organização de um plano que resultasse em poupança.

Evidentemente, não se tratava apenas de uma escolha. Havia outras condições que contribuíam para esse estágio. Altos índices de inflação, associados a baixa bancarização, crédito escasso e pouco acesso à informação desenhavam um cenário em que o brasileiro médio não conseguia planejar sua vida financeira, nem a curto ou a longo prazo. Na verdade, mal via a cor de seu dinheiro, que circulava rapidamente na troca por produtos necessários para o dia a dia das famílias a fim de evitar a inevitável perda do seu poder de compra. Qualquer planejamento era praticamente impossível.

Portanto, é claro que o atraso ou a demora no tratamento mais aprofundado e específico da educação financeira tem relação direta com a histórica instabilidade econômica do país, que só foi resolvida com o advento do Plano Real em 1994. Essa instabilidade afetou de forma determinante a capacidade de planejamento dos

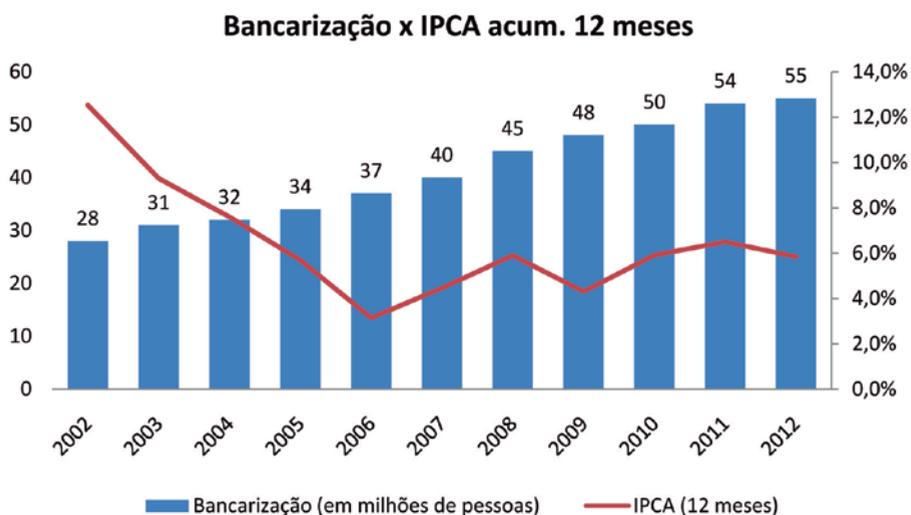
¹ **Fernando Cosenza Araujo** – Diretor de Marketing, Boa Vista SCPC. Mestre e Doutor em Administração Pública pela EAESP-FGV.

² **Flavio Estevez Calife** – Economista, Boa Vista SCPC. Mestre e Doutor em Finanças Públicas pela EAESP-FGV.

Otimização na Recuperação de Ativos Financeiros

brasileiros e minou por muitos anos qualquer tentativa de conceitos relacionados ao planejamento e gestão de orçamentos familiares ou domésticos.

Com a melhora da situação econômica a partir de 1999, alguns determinantes importantes para o conceito e a prática da educação financeira começaram a mudar. Dois deles foram bastante relevantes nesse período: o controle da inflação e a expansão da bancarização. O gráfico abaixo nos dá uma ideia sobre a relação entre o crescimento rápido desta bancarização e a redução dos níveis de preços.



Fonte: Febraban e IBGE

O crédito foi o terceiro determinante da trajetória da educação financeira. Veio com força um pouco mais tarde, na esteira das melhores condições macroeconômicas, do ganho de renda - primeiramente por conta do fim do “imposto inflacionário”, mais tarde pelo avanço da atividade econômica – e, recentemente, do emprego formal. Nesse período, fomos testemunhas de uma verdadeira revolução, com a grande disseminação do crédito por diversos setores da economia.

Esses fatores associados permitiam ao brasileiro de renda média a oportunidade de compreender o conceito de planejamento financeiro. O que antes era impensável, passou a ser plausível. Mas o cenário completo que passaria a governar a educação financeira ainda teria a influência de outras “peças”: um nascente debate sobre a importância do comportamento individual na definição da prosperidade financeira e o comportamento efetivamente adotado pela maior parcela dos consumidores emergentes, que diante da possibilidade de resgatar décadas de exclusão econômica usou as melhores condições de emprego e renda e, em especial, o crédito a sua disposição para financiar consumo. No entanto, isso foi feito sem o devido desenvolvimento da prática e da familiaridade com o conceito do planejamento, conforme abordaremos mais adiante.

Na teoria, a influência de um debate nascente

Assim que as condições reais começavam a permitir que planejamento financeiro fosse um objetivo possível para a classe média brasileira, começaram a surgir obras que atendiam a essa demanda ainda incipiente por informações sobre como chegar a prosperidade. Um divisor de águas na literatura sobre a educação financeira no Brasil, e que de certa forma começou a inserir a ideia de um raciocínio voltado para a mudança de comportamento das pessoas em relação ao dinheiro, foi o bestseller “Pai rico pai pobre”, dos autores americanos Robert T. Kiyosak e Sharon Lechter, lançado no mercado brasileiro no ano 2000.

O livro não tem o objetivo de ensinar os fundamentos do planejamento financeiro com base na organização de receitas e despesas, mas concentra-se na importância que cada um deve ter na administração de seus ativos e passivos. Os ativos são definidos como algo que produza renda ao longo do tempo, como aluguéis de propriedades, ações de empresas e seus dividendos ou mesmo a participação como proprietário em empresas. Os passivos, por sua vez, referem-se aos bens ou ao consumo que geram gastos. Assim, considerando estas definições, quando a renda por esses ativos exceder as despesas geradas pelos passivos podemos estar adentrando a uma situação de independência financeira.

A simplicidade do método, familiarizando o conceito de finanças, como já mencionado, permitiu o grande sucesso do livro, levando-os a publicar outra obra na mesma linha, o livro “Independência Financeira”, que também ficou bastante popular no Brasil. Nesta mesma abordagem, uma avalanche de obras surgiu no rastro dessas publicações. Louis Frankenberg com o livro “Seu futuro financeiro” de 2000 e principalmente o livro de Gustavo Cerbasi, “Casais inteligentes enriquecem juntos” de 2004, inauguraram a lista dos autores brasileiros a abordarem o tema com sucesso. Outras obras internacionais também encontraram aqui nesse período aceitação importante, como por exemplo, a obra de T. HarvEker, *Os Segredos da Mente Milionária*, de 2006.

É claro que existe uma grande gama de outros livros que abordam mais meticulosamente o tema sobre finanças pessoais. Podemos considerar estes livros apenas como sendo alguns exemplos sobre a base do que atualmente chamamos de educação financeira em nosso país. Apesar dessa abordagem também ter como ponto central a conquista da prosperidade como objetivo maior (objetivo esse que por tantos anos ficou distante demais da realidade dos brasileiros de renda mais baixa), o que testemunhamos na prática foi o alçamento do consumo financiado pelo crédito – ao invés de pelo planejamento - como sinônimo de progresso, de inclusão e de sucesso na vida.

Na prática, o consumo como símbolo de prosperidade

Após uma década de ajustes na economia iniciados com a implantação do Plano Real, o país enfrentava uma situação inusitada. A inflação estava finalmente controlada, o sistema financeiro mostrou-se sólido após uma série de abalos e

Otimização na Recuperação de Ativos Financeiros

ajustes, as contas públicas tornaram-se melhor controladas e o déficit externo finalmente começava a diminuir.

Os dividendos sociais adquiridos com a estabilização econômica eram inúmeros. Somente com o controle da inflação houve aumento expressivo dos ganhos reais para os trabalhadores. O país também começa a ganhar maior confiança dos agentes econômicos: com maior previsibilidade econômica, os investimentos se espalharam pelo país, seja pelo próprio planejamento orçamentário do Governo, seja por parte das empresas já instaladas ou pela maior atratividade do ponto de vista internacional. Mais firmas, mais empregados. E o desemprego começou também a cair de forma consistente, pela primeira vez em décadas.

Em termos demográficos, houve uma considerável sorte, muito bem aproveitada. A sociedade experimentava cada vez mais os efeitos benéficos do chamado “bônus demográfico”, caracterizado pelo exponencial aumento da natalidade nas duas décadas anteriores e que finalmente provia à sociedade indivíduos adultos aptos a trabalhar e conseqüentemente gerar renda. Estima-se que só durante o período entre 1993 e 2011 cerca de 60 milhões de pessoas ingressaram na nova classe média. Nesse contexto, a redução observada da pobreza leva um maior número de pessoas a consumir, estimulando mais e mais a demanda na economia. Havia a sensação de que finalmente o desenvolvimento econômico e social andavam juntos.

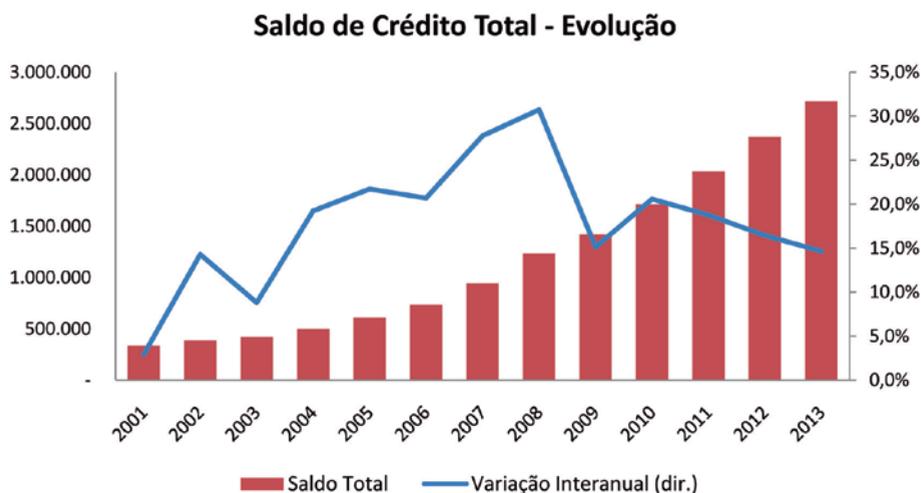
A partir de 2001 a economia internacional passou a viver um período de extrema liquidez, efeito da política monetária americana que passava por uma crise moderada e necessitava de incentivos para recuperar-se, inundando seu país de dólares e, concomitantemente, o mundo. Assim, a cotação do dólar que estava em patamares elevados começou novamente a desvalorizar, de forma gradual, incentivando novamente o consumo de bens e suas ferramentas de acesso ao crédito. Em outras palavras, o barateamento do dólar frente ao real conseguiu desta maneira contribuir para um enorme “boom” de consumo de produtos importados durante praticamente uma década inteira.

Com tantos dólares circulando de forma cada vez mais facilitada no país, as exorbitantes taxas de juros estabelecidas pela autoridade monetária já não eram necessárias para atração de reservas estrangeiras, de modo a garantir a estabilidade econômica brasileira. De fato, os juros caíram e agiram como um impulso natural ao crédito. Em outras palavras, a política monetária expansiva acabou possibilitando à uma parcela considerável da população o acesso ao mercado creditício.

Ao mesmo tempo, no próprio mercado de crédito, houve bastante empenho do governo em atender uma série de solicitações reprimidas anteriormente pela situação macroeconômica desfavorável. Melhorias normativas contribuíram de forma extremamente positiva para este mercado tão incipiente à época. Dentre as melhorias, podemos citar como principais a Lei de Falências, a Lei de Alienação Fiduciária em garantia, desenvolvimento do crédito consignado, entre outros fatores.

A conjugação desses fatores permitiu que nos anos 2000, o saldo de crédito do país crescesse a taxas próximas de 18% ao ano. Pela primeira vez o crédito se

torna peça central da expansão do consumo no país. No gráfico a seguir podemos observar o rápido aumento do ritmo do crescimento do crédito no período citado.



Fonte: BCB

A evolução do uso de crédito na vida do brasileiro toma um curso irreversível. Uma parte da população, que em apenas alguns anos, se transformou predominantemente em classe média, agora demandava acesso às políticas tradicionais financeiras. Portanto, além de um aumento expressivo do consumo e maior bancarização da população, houve por parte das empresas uma grande exploração deste nicho de mercado, antes quase intocado. Fatores de oferta e demanda cresciam juntos.

Ainda assim, o ritmo deste crescimento não era totalmente coordenado. A rápida expansão das ferramentas de crédito, combinada com o pequeno histórico de seu uso pela população consumidora acabou por colher resultados não muito positivos para a saúde do sistema financeiro. A inadimplência cresceu e o mercado de crédito, que começava a dar seus primeiros passos, sofreu um abalo.

Observando os dados disponibilizados pelo Banco Central, a série de inadimplência de recursos livres destinados às pessoas físicas obtém um considerável aumento de sua taxa ao longo de 2006, estabilizando-se no final deste ano e decaindo no ano subsequente. Enquanto isso, o endividamento segue em franco crescimento e o comprometimento de renda das famílias mantém-se praticamente estável.

A partir da análise conjunta destes dados, muitos analistas de mercado equivocadamente afirmam que endividamento *causa* inadimplência. No entanto, não há evidência estatística que sustente esta afirmação e, de fato, as análises sugerem que a inadimplência está muito mais ligada ao comprometimento de renda, isto é, à parcela do fluxo de renda destinada ao pagamento de dívidas, do que ao próprio endividamento. Por exemplo, se observarmos o período subsequente à crise de 2008, quando houve um novo pico de inadimplência (e também do comprometimento

da renda), o endividamento segue com crescimento rápido enquanto a inadimplência cai vertiginosamente, contradizendo assim tais afirmações. Ademais, caso este empirismo *per se* fosse de fato válido para constatação do real andamento do mercado de crédito, neste período de análise conseguiríamos chegar à conclusão diametralmente oposta, visto que o último biênio da série o endividamento continuou crescendo e a taxa de inadimplência andou na contramão desta tendência (enquanto o comprometimento de renda diminui seu nível).

Estas foram as explicações levando em consideração somente as variáveis econômicas. Mas quais foram os possíveis fatos condicionantes dessas variáveis? No primeiro pico de inadimplência deste período de análise (antes dessa data, somente em 2002 houve maior inadimplência), em meados de 2006, o “tombo” levado pelos consumidores de crédito deu-se pela brusca elevação da taxa de juros realizada pelo Banco Central, que no ano anterior subira a Selic de 16% para 20% e, em consequência, elevou os juros dos empréstimos.

Já no segundo período de elevação, em 2008, diversos são os fatores que influenciaram a escalada de inadimplência. Entretanto, o principal, como já foi dito, foi a crise mundial, que influenciou negativamente no mercado de trabalho interno e acarretou em uma brusca interrupção da atividade econômica como um todo. Com este fator exógeno, a “saúde do sistema” só se reestabeleceu quando incentivos governamentais surtiram efeito na economia, tanto fiscais como monetários.

No último período de pico de inadimplência, em 2011, a principal razão de aumento foi ocasionado pela inadimplência das linhas destinadas ao financiamento de veículos, que vivenciava uma inovação legal à época. Neste caso, o aprendizado foi mais por parte dos concedentes de crédito, em especial focada nos bancos privados: um exagero no lado da oferta foi observado nos anos anteriores, sendo necessária até mesmo uma parada ou rearranjo de crédito destas linhas e foco em outras carteiras, mais seguras.

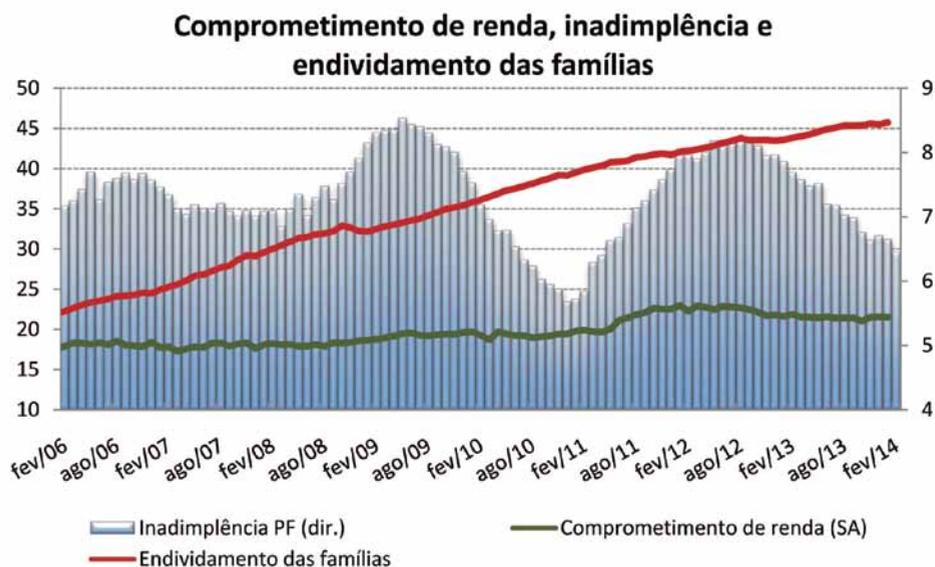
Nesse cenário, marcado pelo que alguns chamaram de “ressaca do crédito”, coube a educação financeira o papel de falar sobre socorro e recuperação de crédito. Os programas que obtiveram grande visibilidade nesse período, como a “Acertando suas Contas” (www.acertandosuascontas.com.br), realizado em todo o Brasil pela Boa Vista SCPC, tiveram suas origens na demanda do consumidor por socorro para “limpar seu nome”, embora a iniciativa mencionada tivesse incorporado a importância de preparar o consumidor para a ideia da renegociação responsável e da sustentabilidade do crédito. Mas, de fato, o tom do planejamento foi novamente preterido pelo brasileiro durante esse período.

Os tombos, o aprendizado e a cautela

Diante da trajetória de alta da inadimplência, as empresas concedentes de crédito começaram a buscar cada vez mais por soluções que atenuassem o aumento da inadimplência. A evolução das técnicas de análise de risco, o aumento da im-

portância dos birôs de crédito, o aumento da capacidade preditiva dos modelos de inadimplência e as melhorias na qualidade da gestão de risco nas instituições financeiras e no varejo começaram a amenizar o problema de assimetria informacional entre clientes e empresas.

Ações como essas, adotadas pelos concedentes, tiveram papel central no desenho de um ecossistema de crédito que, a despeito dos picos de inadimplência que mencionamos, nunca chegou a possuir características mais graves, como por exemplo a bolha de crédito imobiliário desencadeada pela crise dos *subprime* EUA, em 2008. Como analisaremos mais adiante, elas colaboraram fortemente com a reversão da tendência de alta da inadimplência e a efetiva queda desse indicador nos anos de 2012 e 2013, respectivamente.



Fonte: BCB

Como consequência do aumento dos níveis de inadimplência, no período seguinte houve grande empenho dos bancos públicos, suprindo a fragilizada oferta dos bancos privados. Com isto, também vimos aumentar as linhas de crédito direcionadas, com menores níveis de inadimplência, amenizando a pressão geral do sistema e também mitigando o risco dos ofertantes através da diversificação de portfólio, reduzindo sua exposição concentrada em certas categorias.

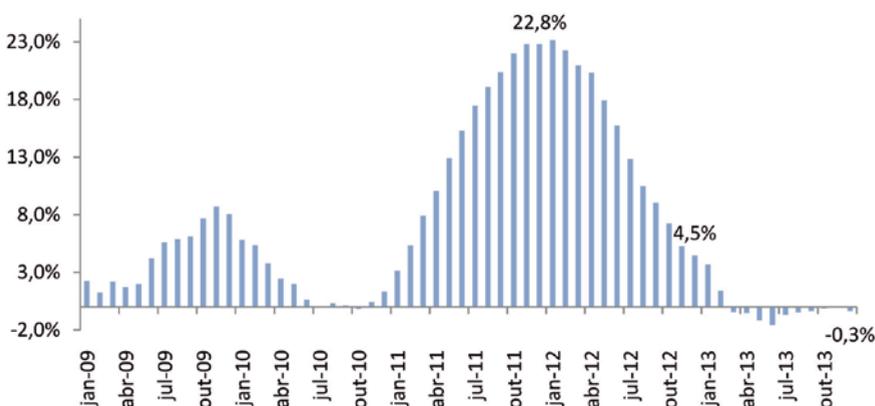
Mais especificamente, as linhas que ganharam relevância no período e que mais cresceram nos anos recentes para os consumidores foram financiamento imobiliário e rural nos recursos direcionados, enquanto nos recursos livres, a principal modalidade foi a do crédito consignado, dentro do crédito pessoal. Como exemplo da magnitude do crescimento, enquanto a totalidade do saldo de crédito cresceu

Otimização na Recuperação de Ativos Financeiros

14,7% em 2013, para o crédito rural este crescimento foi de 27,2%, enquanto para o financiamento imobiliário a variação anual foi de 33,7%. Já o crédito consignado aumentou em 16,4% nesse mesmo ano.

Como consequência desse processo, com o crescimento da participação dos bancos públicos, aumento da participação de linhas de crédito com menor inadimplência e rearranjo das carteiras dos bancos privados, a inadimplência do sistema aos poucos foi diminuindo, tornando-o mais saudável, reconquistando confiança, tanto dos concedentes quanto dos tomadores de crédito. O Indicador de Registros de Inadimplentes da Boa Vista-SCPC apontou a significativa queda dos novos inadimplentes no sistema. Enquanto o resultado acumulado em 2011 chegou a 22,8% e a 4,5% ao final de 2012, em 2013 o indicador apontou queda de 0,3%. Estava indiscutivelmente revertida a tendência de alta que acompanhou a expansão do crédito desde o início do processo de expansão.

Registro de inadimplentes - Var. acum. 12 meses



Fonte: Boa Vista Serviços

O novo perfil do consumidor

Para identificar esse comportamento atual do consumidor frente ao crédito, a Boa Vista realizou uma pesquisa entre os dias 10 de fevereiro a 5 de março de 2014. A intenção do levantamento foi conhecer a percepção do consumidor acerca de questões relacionadas a crédito e consumo. Procurou-se fazer um levantamento de estratificação por classe social, utilizando o critério FGV 2012 (por faixas de renda familiar). A amostra obtida foi de 967 respondentes, dos quais 44% representam a classe C e 50% as classes D/E.

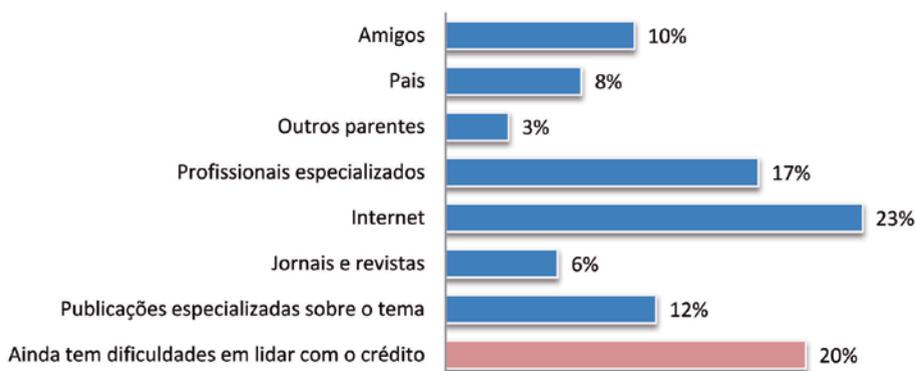
Em linhas gerais, a pesquisa mostrou um amadurecimento do consumidor, cada vez mais protagonista de sua vida financeira, algo muito saudável em relação ao uso do crédito e ao consumo. Fatores como mais acesso à informação, intensificação de

ações de educação financeira por parte de agentes do mercado, mais oportunidades de planejamento e de controle favoreceram esta evolução observada nos últimos anos.

Dos usuários que responderam ao questionário, 75% informaram fazer o controle de quanto gastam e ganham por mês. 34% responderam que conseguem guardar dinheiro após pagar as contas, sendo a maioria deste esforço financeiro investido na poupança (70%). Com relação às decisões de compra, 93% declaram estar mais preparado do que estavam a 4 anos atrás, 84% mais conscientes sobre seus direitos, e 65% sentem-se mais respeitados pelas empresas do que há quatro anos.

Concernente à aprendizagem do uso do crédito, observou-se um consumidor mais maduro. A grande maioria, cerca de 80%, afirmou ter algum conhecimento de como lidar com seu dinheiro, sendo mais expressivo ensinamento adquirido no próprio lar.

Como aprendeu a lidar com o dinheiro?



Fonte: Boa Vista Serviços

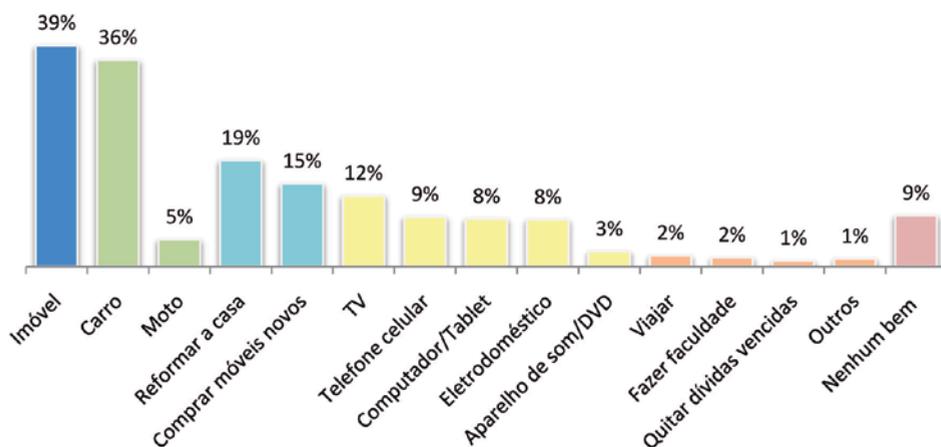
Outro ponto que reforça o entendimento do consumidor sobre a problemática que envolve lidar com financiamentos e seus custos, foi a observação das formas de pagamento. A pesquisa indicou que 65% dos consumidores preferem realizar o pagamento das compras à vista ou em parcela única (destes 40% no cartão de débito, 29% com cartão de crédito, 26% com dinheiro e 5% com boleto e cheque). Dos 35% que preferem pagar em prestações, 76% utilizam o cartão de crédito parcelado, 20% preferem carnê/boleto e cheque pré-datado, e 4% o cartão de débito.

A relação com o crédito também evoluiu de forma positiva na opinião dos consumidores. Na pesquisa, 80% declaram que o acesso ao crédito está mais fácil hoje se comparado há quatro anos. Tais dados, apesar de apresentarem uma contradição quando comparados ao real andamento do mercado de crédito – que recentemente se tornou mais rigoroso nas concessões, em especial nas suas linhas voltadas ao consumo – reforçam a hipótese de maior maturidade do consumidor, que passou a utilizar mais intensamente linhas de crédito de longo prazo, como financiamento de imóveis, por exemplo.

Otimização na Recuperação de Ativos Financeiros

Neste sentido, as tendências de consumo também foram abordadas no levantamento. Os principais sonhos de consumo com previsão de compra para os próximos 12 meses dos participantes priorizou o investimento de longo prazo: de todas as respostas (sendo possível responder mais de uma questão, 39% desejam comprar imóvel, 36% comprar carro, 33% móveis/reforma da casa, 17% tablet/celular, 12% TV, 8% eletrodomésticos, 5% para moto e 3% Som/DVD). Para os bens de maior valor, aproximadamente 70% dos consumidores declaram que a compra seria parcelada. Em relação ao parcelamento, 60% avaliariam juros e a diferença com o preço à vista, e 40% o valor e quantidade das parcelas. Ou seja, o uso do crédito, não só pela observação do comportamento passado, mas também pelas intenções de compra apontam para um ambiente de crédito cada vez mais saudável, com alongamento dos prazos e linhas que comprometem cada vez menos a renda do consumidor com pagamento de juros.

Sonhos de Consumo para os próximos 12 meses



Fonte: Boa Vista Serviços

Em resumo: uma história de trás para frente

Discorreremos sobre algumas variáveis que refletem a atual dinâmica do mercado de crédito. Como vimos os meandros que este rio percorreu até chegar a este estágio, saudável e proeminente não foram poucos e muito menos, fáceis. Houve de maneira geral (e resumida), um principal fator modelador desse nosso mercado, que foi a conscientização da importância do crédito para o desenvolvimento da sociedade. Há de se ressaltar: este aprendizado, tanto do lado dos ofertantes de crédito como a de sua contraparte, a de seus demandantes, não foi instantâneo e tampouco indolor, mas foi um passo muito importante para continuarmos a melhorar nosso ambiente, não só econômico, mas também social, distribuindo as riquezas geradas em conjunto com a sociedade.

A história da educação financeira no Brasil precisa ser entendida no contexto aqui apresentado. Entre os fatores determinantes das diversas etapas da evolução da educação financeira no país destacamos aqui o papel da estabilidade econômica e monetária, a grau de bancarização da sociedade, as condições do mercado de trabalho, a evolução do mercado de crédito e o papel da informação para aprimorar o acesso dos consumidores às orientações financeiras.

Podemos afirmar que no processo de construção da educação financeira do consumidor brasileiro, passamos por três fases bem definidas. Na primeira fase, as orientações financeiras eram direcionadas para consumidores com renda disponível, preocupados principalmente com o destino de seus investimentos, com vistas à independência financeira ou a uma aposentadoria mais tranquila. Os guias de investimento dominavam o mercado, e o ambiente econômico mais incerto ainda dificultava a bancarização dos indivíduos, a renda real quase não crescia, o crédito não conseguia deslanchar, reduzindo o potencial de consumo e planejamento da sociedade.

Com a estabilidade monetária e a melhora das condições econômicas internas e externas, o mercado de trabalho evoluiu consideravelmente e um ambiente favorável para a expansão do crédito foi criado. Entramos assim em uma segunda fase, em que o consumo passa a ser peça-chave do crescimento do país e o maior símbolo de ascensão social, inclusão econômica e sucesso na vida. O consumidor emergente, que teve seus desejos de consumo represados por tantas décadas, lança-se às compras, aproveitando as facilidades do crédito. Mesmo com pouca prática e informação, utiliza diversas modalidades de crédito para aquisição de roupas, calçados, eletroeletrônicos, automóveis, viagens e imóveis. O resultado é o aumento do endividamento e da inadimplência, levando a educação financeira a ser ferramenta de socorro de milhões de inadimplentes e de endividados além do razoável.

Mas no bojo na segunda fase estão as origens da fase seguinte. As consequências da inadimplência tornam concedentes mais rigorosos e tomadores de crédito mais cautelosos. Fica claro que os efeitos do uso do crédito sem planejamento é prejudicial para todos. A alta da inadimplência gera perdas para os emprestadores, que apertam o cinto para novas concessões. Os consumidores preocupados usam os resultados do período como aprendizado e passam a ficar mais contidos, mais cientes de seus limites e mais interessados em programas que melhorem a sua relação com o dinheiro no longo prazo. Fica, portanto, aberta a oportunidade para que, finalmente, a educação financeira promova o planejamento como caminho sustentável para a prosperidade.

Assim, após mais de duas décadas, a educação financeira chega a sua verdadeira vocação: promover, de forma proativa, uma relação saudável do brasileiro com o dinheiro. Nesse contexto, o assunto tem enorme potencial para contribuir com a construção de uma economia muito mais sólida onde o melhor sinônimo de prosperidade é o equilíbrio no hoje e a conquista de patrimônio no futuro.